

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIO EM SÃO LUIZ GONZAGA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: LICENCIATURA**

ANGÉLICA RAIANE NUNES OLIVEIRA

**UM OLHAR EM RELAÇÃO AOS RCNEI E A BNCC NO QUE TANGE À
EDUCAÇÃO INFANTIL**

SÃO LUIZ GONZAGA

2021

ANGÉLICA RAIANE NUNES OLIVEIRA

**UM OLHAR EM RELAÇÃO AOS RCNEI E A BNCC NO QUE TANGE À
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao componente curricular: Pesquisa em Educação: Trabalho de Conclusão de Curso II, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciane Sippert Lanzanova

SÃO LUIZ GONZAGA

2021

Catálogo de Publicação na Fonte

O48u Oliveira, Angélica Raiane Nunes.

Um olhar em relação aos RCNEI e a BNCC no que tange à educação infantil. / Angélica Raiane Nunes Oliveira. – São Luiz Gonzaga, 2021.

45 f.

Orientadora: Profa. Dra. Luciane Sippert Lanzasova.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade em São Luiz Gonzaga, 2021.

1. Legislação. 2. Formação docente. 3. Educador. 4. Exercício da docência.
I. Lanzasova, Luciane Sippert. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Carina Lima CRB10/1905

ANGÉLICA RAIANE NUNES OLIVEIRA

**UM OLHAR EM RELAÇÃO AOS RCNEI E A BNCC NO QUE TANGE À
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia, na Universidade Estadual do
Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr.^a Luciane Sippert
Lanzanova

Aprovada em: //

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof^a. Dr.^a Luciane Sippert Lanzanova
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Prof.^a Dr.^a Arisa Araújo da Luz
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Prof.^a Ma. Cristiane Barcellos Bocacio
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

**SÃO LUIZ GONZAGA
2021**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, aos meus familiares, professores, mestres que estiveram juntamente a mim nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha vida e por ter me encorajado a passar por todos os obstáculos que passei durante toda caminhada do curso. A minha mãe, meu esposo, filhos e principalmente em memória a meu avô, que me incentivou de certa forma a nunca desistir dos meus sonhos. E ainda, a minha mãe e esposo que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando nos momentos mais difíceis e aos meus filhos que sempre compreenderam a minha ausência, enquanto me dedicava a realização do curso e deste trabalho. Enfim, aos meus professores, a minha orientadora, Professora Luciane Sippert Lazzanov, pelas correções e ensinamentos, estimulando-me a buscar sempre minha melhor versão e desempenho no meu processo de formação tanto profissional quanto pessoal e social de ser humano, bem como aos funcionários que também sempre foram muito importantes e presentes no acompanhamento da minha vida acadêmica. Meu agradecimento especial também a às professoras Arisa e Cristiane que aceitaram participar da minha banca e certamente farão toda a diferença na conclusão deste trabalho.

A todos, meu muito obrigada!

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

(FREIRE, 2003, p. 35)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema: “O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com foco na Educação Infantil (EI)”. Este tema é muito relevante considerando a importância que tais documentos têm no processo de ensino e aprendizagem das crianças e da necessidade que professores e futuros educadores têm de conhecê-los para implementá-los em sala de aula ou na gestão escolar. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como o objetivo geral revisar os RCNEI e a BNCC a fim de compreender o que está posto em relação à Educação Infantil. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: realizar uma revisão documental dos RCNEI e BNCC – EI; perceber por amostragem como os professores estão vivenciando os RCNEI e a BNCC na Educação Infantil; e perceber em que sentido as diferenças entre os RCNEI e a BNCC estão sendo implementadas na escola, realizar uma revisão documental para compreender os desafios e possibilidades da aplicação dos RCNEI e BNCC – EI; investigar por amostragem como os professores estão vivenciando os RCNEI e a BNCC na Educação Infantil; e perceber em que sentido as diferenças entre os RCNEI e a BNCC estão sendo implementadas na escola. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental realizada por meio de uma revisão bibliográfica e complementada por uma sondagem com professoras atuantes na Educação Infantil no município de São Luiz Gonzaga. Constatou-se que os dois documentos são fundamentais para orientar e regulamentar a Educação Infantil no país, apresentando características distintas em relação à concepção de criança, ensino e currículo em alguns aspectos, mas de modo geral pode-se dizer que são documentos que se complementam. Concluiu-se que os professores que participaram da sondagem possuem certo conhecimento dos documentos, mas que estes desejam e sentem a necessidade de se apropriarem ainda mais no que se refere à legislação e às teorias educacionais voltadas à Educação Infantil. Assim, espera-se com esta pesquisa contribuir para uma melhor compreensão destes documentos, que são fundamentais para o exercício da docência.

Palavras-chave: legislação; formação docente; educador; exercício da docência.

ABSTRACT

The theme of this thesis is "The National Curriculum Framework for Early Childhood Education (RCNEI) and the National Curricular Common Base (BNCC) with a focus on Early Childhood Education (EI)". This topic is very relevant considering the importance that such documents have in the teaching and learning process of children and the need that teachers and future educators must know them to implement them in the classroom or in school management. In this sense, the present research has the general objective to revisit the RCNEI and the BNCC to understand what is put in relation to Early Childhood Education. To this end, the specific objectives are: to carry out a document review of the RCNEI and BNCC – EI; to perceive by sampling how teachers are experiencing the RCNEI and the BNCC in Early Childhood Education; and understand in what sense the differences between the RCNEI and the BNCC are being implemented in the school, carry out a document review to understand the challenges and possibilities of applying the RCNEI and BNCC – EI; to investigate by sampling how teachers are experiencing the RCNEI and the BNCC in Early Childhood Education; and understand in what sense the differences between the RCNEI and the BNCC are being implemented in the school. This study is characterized as documentary research carried out through a bibliographic review and complemented by a survey with teachers working in Early Childhood Education in the municipality of São Luiz Gonzaga. It was found that the two documents are fundamental to guide and regulate Early Childhood Education in the country, presenting different characteristics in relation to the conception of children, teaching and curriculum in some aspects, but in general it can be said that they are documents that complement each other. . It was concluded that the teachers who participated in the survey have some knowledge of the documents, but that they want and feel the need to take even more ownership of legislation and educational theories aimed at Early Childhood Education. Thus, it is hoped that this research will contribute to a better understanding of these documents, which are fundamental for the exercise of teaching.

Keywords: legislation; teacher training; educator; teaching practice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CIEE – Centro de Integração Empresa - Escola

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

RGU – REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE

SLG – SÃO LUIZ GONZAGA

UERGS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL E A CRIANÇA: UM POUCO DE HISTÓRIA.....	15
2.2 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.....	17
2.2.1 Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)	18
2.1.2 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	21
2.3 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	23
2.4 RCNEI E BNCC-EI: UM BREVE CONTRAPONTO	27
3 METODOLOGIA	30
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.	44
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	45

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos, garantido pela Constituição Federal de 1988, que no artigo 205 traz: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Logo, tem-se a Educação Infantil como a primeira etapa escolar de uma criança, a qual tem sido oferecida pelos Municípios, durante a qual deve-se ter muito cuidado com todo o trabalho didático metodológico, atitudes e experiências oportunizadas nesta fase. Já que, a criança é um ser histórico que se constrói com o tempo, com a interação com os outros, mediatizada pelo meio (DAVIS E OLIVEIRA, 1994).

É evidente que, a Educação Infantil é de fundamental importância, já que auxilia no desenvolvimento pessoal e social da criança. Por isso, esta cria relações de conhecimento com a cultura, a sociedade e com as diversidades existentes nos ambientes que frequenta.

O tema que escolhi foi pensado de forma em que vi situações durante estágio pelo CIEE, onde observei momentos em que estava sendo implantada a BNCC nos PPP das escolas de educação Infantil, a escola em que atuei contava com 3 sala de aula ambas identificadas como berçário 1, 2 e 3: berçário 1 (0 a 1 ano), berçário 2 (1 a 2 anos), berçário 3 (2 a 3 anos). Assim, é de suma importância o conhecimento contínuo de novos documentos que são inclusos na educação infantil, para um bom desempenho do professor em sala de aula, e um bom desenvolvimento e compreensão da criança que nessa faixa etária está ingressando no seu primeiro contato com o mundo escolar.

Nesse contexto, este estudo tem como tema "O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com foco na Educação Infantil (EI)". Este tema é muito relevante considerando a importância que tais documentos têm no processo de ensino e aprendizagem das crianças e da necessidade que professores e futuros educadores têm de conhecê-los para implementá-los em sala de aula ou na gestão escolar. Como enfatizam Salles e Russeff (2003, p. 78), em relação aos cursos de formação de professores, destacando que nestes:

aprendem determinadas habilidades que legalmente os habilitam para o magistério, mas não lhes permitem ir além de uma consciência pedagógica delimitada pela racionalidade técnica. Dito de outra forma, é preciso considerar a ênfase dada à formação teórica do futuro professor, ressentindo-se, muitas vezes, de situações experimentais indispensáveis para habilitá-lo no âmbito da racionalidade prática.

Assim sendo, sabe-se que é preciso adotar concepções de ensino que visem, “romper” com o tradicionalismo, que seria apenas o cuidado com os pequenos, comprometendo-se com o dever do ensinar e o do aprender, centrando-se no diálogo e repensando o ser professor, assim como, nossas concepções e expressões diárias. E assim,

A tarefa do professor é fazer aprender, ou seja, cabe a ele a função reguladora da aprendizagem. Assumir essa maneira de pensar o ensino e a função do professor exige um profissional com autonomia, que possa transitar pelas teorias, tomando como referência a sua prática pedagógica, e não se constituindo apenas, em um "aplicador" de novas ideias (TEIXEIRA, 2003, p. 111).

Logo, este estudo surgiu a partir de questionamentos e dúvidas sobre questões relacionadas à formação docente e leis vigentes em nosso país. E ainda, ao adentrar ao Curso de Pedagogia-Licenciatura, comecei a me envolver com estes e outros assuntos, que foram muito trabalhados nas disciplinas que seria o conhecimento da LDB e o entendimento da BNCC. Ademais, quando comecei o estágio não-obrigatório pelo CIEE, presenciei a grande dificuldade dos professores, o esforço para aprenderem algo novo e se apropriarem da legislação atual, ou seja, estes documentos que orientam e regulamentam o ensino, aprendizagem e planejamento dos docentes.

O trabalho com os campos de experiência atribuídos pela BNCC para a Educação Infantil está sendo um momento de grande apreensão para a comunidade escolar, levando-se em consideração que todos precisam se adequar às normas da legislação vigente. Ao se referir à Educação Infantil então, esse quadro se torna ainda mais delicado, uma vez que se sabe que são indivíduos iniciando sua formação intelectual e social, e o papel do professor é fundamental para que essa articulação atenda a seu propósito. Assim, com o intuito de conhecer melhor os documentos que orientam e regulamentam esta etapa escolar, traz-se como pergunta de pesquisa: “*O que os RCNEI e a BNCC trazem em relação à Educação Infantil e como estes estão sendo vivenciados na escola?*”

Dessa forma, este trabalho tem uma importante contribuição para a formação de professores, pois auxiliará na compreensão destes documentos fundamentais para

a gestão escolar e para o trabalho em sala de aula na Educação Infantil. Além disso, está relacionado à reflexão sobre o andamento das atividades com os pequenos e como os professores se sentem em relação a eles.

Assim sendo, a presente pesquisa tem como objetivo geral revisar os RCNEI e a BNCC a fim de compreender o que está posto em relação à Educação Infantil. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: realizar uma revisão documental para compreender os desafios e possibilidades da aplicação dos RCNEI e BNCC – EI; investigar por amostragem como os professores estão vivenciando os RCNEI e a BNCC na Educação Infantil; e perceber em que sentido as diferenças entre os RCNEI e a BNCC estão sendo implementadas na escola.

O presente trabalho está organizado em capítulos. No primeiro, apresenta a Introdução, fazendo uma contextualização do trabalho e apresentando a justificativa e objetivos deste. No segundo, traz a fundamentação teórica que está subdividida em cinco seções, abordando a Educação Infantil e a criança primeiramente, em sequência os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, assim como as Diretrizes Curriculares Nacional e a BNCC. No terceiro, apresenta a metodologia, ou seja, como foi realizada a pesquisa, no quarto as análises, discussões e resultados desta, refletido e dialogado com alguns autores. Por fim, as Considerações Finais e Referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, são apresentados os dados teóricos extraídos a partir da revisão dos RCNEI e da BNCC-EI. Inicialmente, procurar-se-á contextualizar a Educação Infantil e trazer algumas reflexões sobre a criança, a partir de um breve resgate histórico, uma vez que tais conceitos são fundamentais para a compreensão destes documentos e dos aspectos que envolvem esta etapa. Em seguida, são apresentados alguns aspectos mais específicos destes, bem como apresentam-se algumas semelhanças e diferenças existentes entre eles.

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL E A CRIANÇA: UM POUCO DE HISTÓRIA

A infância é um período que toda criança transpassa, durante o qual aprende a sentir, correr, brincar, tocar, ouvir etc. Entretanto, sabe-se que, nem sempre foi assim, pois antigamente as crianças nesta fase tão importante eram tratadas como “miniadultos”, ou seja, tendo que ter responsabilidades oficiais, aprender a trabalhar, crescer e ter força para enfrentar a fase adulta da vida (SARMENTO, 2002). Isso porque, usavam os mesmos trajes, linguagem e recebiam os mesmos ensinamentos que os adultos. Logo, com o passar dos anos e a chegada da Idade Moderna tudo isso começa a mudar, mas apenas para as crianças ricas ou chamadas nobres.

Em vista disso, segundo Sarmiento (2002), no início da Educação Infantil pensava-se apenas nos cuidados que deveriam ter com as crianças de 0 a 6 anos. Foi por volta dos anos 1970, com o aumento de fábricas que geram condições de vagas de empregos para mulheres donas de lares brasileiros, e com ajudas dos movimentos comunitários que foi iniciada a luta para ter um lugar onde deixar seus filhos menores de idade para poderem trabalhar. Foi então que surgiram as primeiras creches com um intuito apenas focado na assistência, com um olhar voltado apenas ao cuidado e à higiene das crianças.

A Educação Infantil foi reconhecida como parte integrante da constituição em 1988 e em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, dando então todos os amparos necessários a nossas crianças, entre eles está o direito do atendimento de crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas, ficando como dever do estado o atendimento dessas crianças nas creches e nas pré-escolas (BRASIL, 1990).

Segundo o Dicionário Aurélio, o vocábulo “criança” significa ser humano de pouca idade. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, p.57) define “a criança como a pessoa até os 12 anos de idade incompletos”.

Nas DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 05/2009 em seu artigo 4º, que a criança é definida como,

sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 12).

Dessa forma, sabe-se que, o significado de criança e infância estão ligados diretamente com as transformações sociais, culturais, econômicas. Isso porque, com o passar dos anos até mesmo estas concepções e papel social mudam. Nesse sentido, Machado nos diz que,

A criança é um ser social, o que significa dizer que seu desenvolvimento se dá entre outros seres humanos, em um espaço e tempo determinados. Sendo assim, um pressuposto a ser assumido é a necessidade de explicar os fenômenos de natureza psicológica presentes nas interações humanas focando-os em sua gênese, estrutura, movimento e mudança, a partir de uma perspectiva histórica e dialética (MACHADO, 2002, p. 27).

Nessa mesma linha de pensamento, Sarmiento (2004) argumenta que,

As crianças são seres sociais e, como tais, distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que pertencem, a raça, o gênero, a região do globo onde vivem. Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças (SARMENTO, 2004, p. 10).

É evidente que, as concepções de criança mudaram recentemente, pois esta começou a ser definida como ser que precisa de atenção, carinho, valorização e ainda, ensinamentos próprios de sua determinada idade, já que, estão em pleno desenvolvimento, sendo este, individual, coletivo e social, com pensamentos próprios e autônomos. Nesse sentido, Kramer (2006), destaca que:

Conceber a criança como ser social que ela é, significa: considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo um contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas que também dá valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e de acordo com a sua própria inserção nesse contexto (KRAMER, 2006, p. 79).

Conseqüentemente, ela participa de uma cultura, ambiente, etnia e sociedade. Logo, precisa desenvolver suas habilidades e potencialidades, expressando-se conforme cria suas concepções e razões. Por isso,

é preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, reconhecê-las como produtoras da história. Torna-se difícil afirmar que uma determinada criança teve ou não infância. Seria melhor perguntar como é, ou como foi, sua infância (KUHLMANN, 1998, p. 31).

Por conseguinte, é necessário desvendar ou descobrir a história de cada criança, percebendo o grupo ao qual pertence, assim como, seu cotidiano, cultura e etnia. Assim será possível compreender melhor o histórico de cada infância, os processos pelos quais cada criança passa, sua socialização com os outros seres em geral. E ainda, analisar a construção social, psicológica própria de cada ser. Dessa forma,

Conceber a criança como ser social que ela é, significa: considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas que também dá valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e de acordo com sua própria inserção nesse contexto (KRAMER, 1986, p. 79).

Assim sendo, a Educação Infantil mantém um grande processo com revisões e concepções na educação de crianças, seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas, quanto a isso tem se dado mais atenção em relação às discussões sobre as orientações dos trabalhos feitos juntamente às crianças e suas faixa etárias, com práticas de crianças de 04 e 05 anos de idade, garantindo o processo de aprendizagem e o desenvolvimento adequados a todas as crianças sem invadir os conteúdos a serem trabalhados no Ensino Fundamental. Por isso,

Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens no vazio. A partir das relações dos homens com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a (FREIRE, 1983, p.43).

Enfim, todos nós seres humanos somos feitos de relações, históricas, sociais, políticas e culturais. Por isso, precisamos aprender a formular, questionar, construir e reconstruir as informações do mundo em geral. Já que, a diversidade de pensamentos e concepções existem, pois são próprias do ser humano.

2.2 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Os parâmetros curriculares nacionais (PCNs) são os referenciais de qualidade para a Educação Básica, que contemplam a Educação Infantil, Ensino Fundamental

e Ensino Médio. Assim sendo, estes são uma base para que professores ao estar em contato ou relacionando-se com as crianças estejam em constante aprendizado.

Nos PCNs para a Educação Infantil são apresentadas ideias sobre "o que se quer ensinar", "como se quer ensinar" e "para que se quer ensinar". Não se trata de uma lei ou regras, mas um pilar para a transformação de objetivos, conteúdos e didática de ensino. Nesta coleção, é apresentado em um volume único com o nome de *Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI)*, no qual procuramos nos deter mais especificamente.

Nesse sentido, este propõe uma educação de qualidade e com mais igualdade de oportunidades, considerando ainda, os valores éticos, morais e humanísticos, buscando contemplar todas as culturas e regiões a partir de suas diferentes manifestações regionais.

Estes referenciais contam com a descrição de oito etapas fundamentais, sendo elas: Gestão dos Sistemas e Redes de Ensino; Formação, Carreira e Remuneração dos Professores e demais Profissionais da Educação Infantil; Gestão das Instituições de Educação Infantil; Currículos, Interações e Práticas Pedagógicas; Interação com a Família e Comunidade; Intersetorialidade; Espaços, Materiais e Mobiliários; e Infraestrutura. Assim sendo, estes são fatores que se seguidos trazem mais qualidade ao ensino na Educação Infantil.

É de conhecimento geral que, este documento se direciona mais especificamente para pais, familiares e professores que são "responsáveis" por crianças de 0 a 5 anos de idade. Por isso, este é de suma importância, já que, possibilitam o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos físicos, psicológicos, motor, intelectual, cognitivo e emocional, dentre outros.

Enfim, este foi criado para mudar muitas políticas públicas referentes à Educação Infantil em nosso país. Já que, na infância também se tem direitos e deveres que devem ser respeitados e reconhecidos. Assim, na próxima seção, procuraremos aprofundar um pouco mais os conhecimentos em relação a este documento.

2.2.1 Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)

O RCNEI foi criado em 1998, sendo de uso obrigatório. Por isso, é composto de uma série de documentos, que foram pensados e elaborados pelo Ministério da

Educação. Logo, este tinha como objetivo auxiliar os profissionais da educação no ensino e aprendizagem das crianças menores.

É evidente que seus objetivos se voltavam para o desenvolvimento integral da criança, pensando em seus direitos e deveres. Conseqüentemente, na formação de sua identidade pessoal e social mais autônoma e independente, ou seja, como cidadãos.

A criança então começa a ser vista como ser social, ou seja, cidadão, e não apenas como incapaz de pensar, somente “obedecer” e “trabalhar”, não tendo, direito de brincar e aproveitar esta fase tão importante chamada infância. Por isso, o RCNEI, diz que,

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também a marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais. (BRASIL, 1998, p. 21)

Todavia, as instituições e seus profissionais auxiliam na construção de seus saberes, conhecimentos e aprendizagens, mas baseados em leis que regem nosso país, e ainda, fundamentam-se em estudiosos, sociólogos, psicólogos, pedagogos, educadores, filósofos e outros estudantes dos princípios e desenvolvimentos educacionais. Por isso, o RCNEI refere-se em seu desenrolar central à criança, ao cuidar, educar, brincar, como princípios básicos na Educação Infantil, pois fazem parte do seu desenvolvimento. Já que, toda e qualquer criança precisa de cuidado, atenção, carinho, educação, ensinamentos e liberdade para brincar, imaginar, criar e recriar sua linguagem e aprendizagens em geral.

Neste contexto, sabe-se que, o professor precisa interagir, intervir em certos momentos, para que, as aprendizagens infantis ocorram positivamente, com organização. Por isso, o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 30) nos diz que,

- a interação com crianças da mesma idade e de idades diferentes em situações diversas como fator de promoção da aprendizagem e do desenvolvimento e da capacidade de relacionar-se;
- os conhecimentos prévios de qualquer natureza, que as crianças já possuem sobre o assunto, já que elas aprendem por meio de uma construção interna ao relacionar suas ideias com as novas informações de que dispõem e com as interações que estabelece;
- a individualidade e a diversidade;
- o grau de desafio que as atividades apresentam e o fato de que devam ser significativas e apresentadas de maneira integrada para as crianças e as mais próximas possíveis das práticas sociais reais;
- a resolução de problemas como forma de aprendizagem.

Diante das orientações oferecidas pelos RCNEI, os professores de Educação Infantil precisam estar capacitados profissionalmente, já que precisam trabalhar os mais diversos conteúdos e assuntos com as crianças. E ainda, estarem abertos para questionamentos, novas aprendizagens, diálogos e relações sociais e pessoais.

Por essa razão, o RCNEI nos encaminha a dois âmbitos de experiência, sendo eles: Formação pessoal e social e Conhecimento de mundo. Logo,

É preciso ressaltar que esta organização possui um caráter instrumental e didático, devendo os professores ter consciência, em sua prática educativa, que a construção de conhecimentos se processa de maneira integrada e global e que há inter-relações entre os diferentes âmbitos a serem trabalhados com as crianças (BRASIL, 1998, p.46).

Destarte, sabe-se que, são vários os desafios e maneiras de organização para que uma escola esteja apta a receber seus alunos, pois precisa de uma estrutura física adequada, e ainda, uma estrutura social, pedagógica, com metodologias de ensino que visem a aprendizagem significativa da criança, relacionando tudo com o mundo, e realidade em que se encontram.

Sem embargo, é claro que o RCNEI trata do passo a passo escolar, como as crianças precisam ser tratadas, os objetivos ao presenciarem a escola, formação continuada dos professores, como os pais precisam participar do cotidiano e avanço de seus filhos, mantendo diálogo direto com professores e equipe escolar, organização escolar e diversos outros assuntos de suma importância.

Enfim, esta série de documentos serviam para orientar os profissionais, com objetivos, propostas e métodos de trabalhar os mais diversos conteúdos e saberes com crianças pequenas. Embora o conhecimento dos RCNEI seja algo de caráter obrigatório nas instituições de Educação Infantil, eles não constituem um manual a ser seguido à risca, mas um material que se enquadra como uma proposta flexível para os professores refletirem sobre suas práticas (LOPES *et eal.*, 2011). Este documento foi complementado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), que embora não sejam o foco deste estudo, são fundamentais para o planejamento dos sistemas de ensino, pois orientam com mais especificidade o trabalho a ser realizado com crianças de zero a seis anos em instituições coletivas, como se destaca a seguir.

2.1.2 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

As DCNEI reúnem normativas, fundamentos, princípios e procedimentos obrigatórios que auxiliam no planejamento dos sistemas de ensino, e ainda, orientam as políticas públicas, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares. Logo, estas foram criadas em 2009 e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil apresentam o seguinte conceito de Educação Infantil:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2009, p. 14)

Esta é a primeira etapa em que a criança frequenta a escola, seguidamente precisam de diversos conhecimentos, possibilidades para que sejam autônomos e independentes. Já que, tudo é um processo, no qual a criança aprende com as relações que estabelece com professores, pais e também outras crianças. Dessa forma, a DCNEI define a criança como,

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p. 14)

À vista disso, sabe-se que isso só afirma que a criança tem direitos e deveres previstos em lei que precisam ser considerados, já que, são seres humanos que pensam, reagem, criticam e criam suas próprias concepções, precisando aprender os saberes e conhecimentos cotidianos.

Sucessivamente, sabe-se que, segundo a DCNEI:

É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição. (BRASIL, 2009, p. 15)

Dessa forma, ainda existem três princípios básicos da proposta pedagógica da Educação Infantil, sendo eles: éticos, que tratam do respeito às culturas, identidades, autonomia e responsabilidade; políticos, que trazem o respeito à cidadania, democracia e criticidade; e ainda, estéticos, para ludicidade, criatividade e cultura em geral.

A proposta pedagógica fica em grande evidência, pois refere-se à construção dos saberes e conhecimentos, culturais, sociais, políticos, econômicos, em relação ao mundo. Por isso, é preciso que as crianças experimentem integralmente suas vivências diárias, com relações e interações. Assim, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CBE n. 5, de 17 de dezembro de 2009) em seu artigo 3º, o currículo da Educação Infantil é concebido como:

um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009, p. 1)

São diversas as propostas pedagógicas que as crianças precisam experienciar, sendo elas, expressões, linguagens, interação, criação e recriação, formas e espaços, autonomia, organização, conhecimento de recursos naturais, musicais, teatrais, culturais e tecnológicos. Logo, tudo se relaciona com a interação de todas estas experiências.

Afinal, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil são importantíssimas para a fase educacional em que estas crianças vivem. Já que, dá ênfase ao ensino e aprendizagem concreto destes, de forma que aprendam a experienciar seus diversos momentos cotidianos. E ainda, dispõe de direitos, sendo eles,

As atuais DCNEI qualificam esse direito e o lugar em que ele se efetiva, definindo o espaço coletivo de educação para crianças pequenas como uma escola que legitima sua experiência de infância, a partir da efetivação de um currículo que valoriza as práticas sociais e culturais das crianças e suas comunidades, oferecendo oportunidades para a ampliação de conhecimentos em relação a si, aos outros e ao mundo. (FLORES; ALBUQUERQUE, 2015, p. 19)

É possível observar que as DCNEI trazem um avanço em relação ao RCNEI, colocando a criança em foco. Este documento também foi importante pois tais diretrizes serviram como fundamentação teórica para a BNCC. Assim, pode-se afirmar que nas DCNEI, a atenção já estava voltada para a criança, reforçando a importância do acesso ao conhecimento cultural e científico, o contato com a natureza, preservando o modo que a criança se situa no mundo. Na seção a seguir, procuramos trazer alguns aspectos mais específicos relacionados à BNCC.

2.3 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A infância passou por diversas transformações e percepções, como se observou no item 2.1. Sendo assim, só foi reconhecida com importância a partir da Constituição de 1988 e seguidamente a LDB em 1996 que instituiu que a educação é obrigação do Estado e da família. Ainda assim, afirma a LDB em seu artigo 3º em relação à educação nacional:

Art. 3º. O ensino será com base nos seguintes princípios: igualdade de condição para o acesso a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da igualdade e dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996, p. 1)

Consequentemente, é a partir de interações que o sujeito constrói seus conhecimentos, valores éticos, sociais e morais com expectativas, experiências e possibilidades de uma educação escolar enriquecedora e “transformadora”, que faça com que estas crianças se sintam parte do mundo e não donas dele de forma egocêntrica e egoísta.

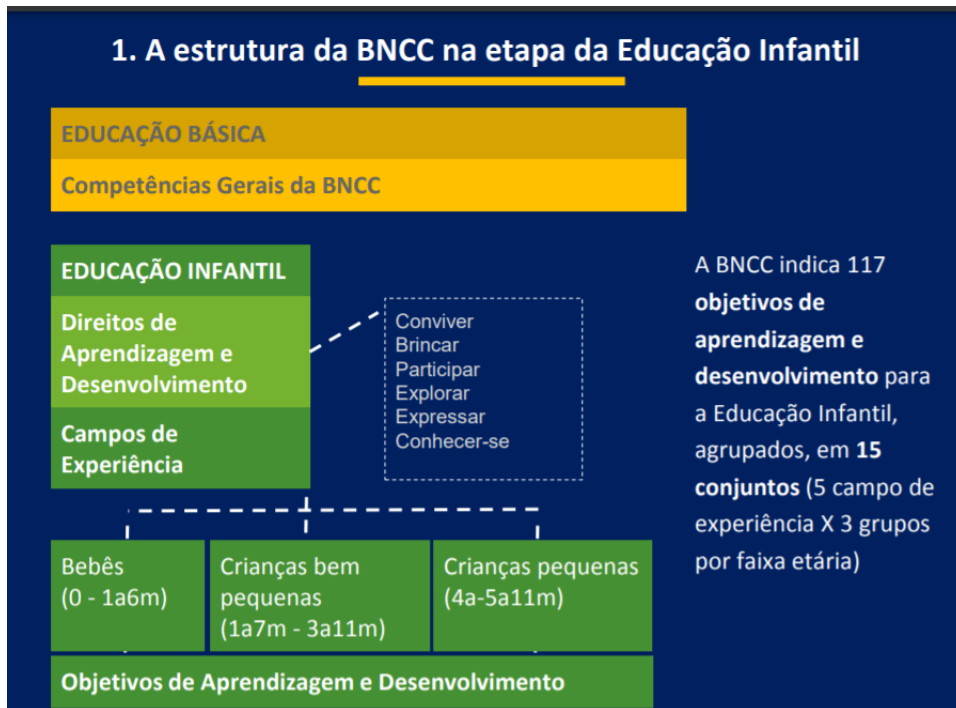
Tendo isso em vista, têm-se as leis que buscam orientar e regulamentar as instituições e seus profissionais para que, proponham um ensino de qualidade, que visem a construção individual e coletiva de cada criança. Logo, é indispensável lembrar que, a Educação Infantil envolve os diversos conceitos, saberes, experiências e conhecimentos. Por isso, a escola e o professor precisam de um currículo próprio. Diante disso, a BNCC tem o objetivo de instituir um currículo universal e fazer com que todos os estudantes, sejam eles de escolas públicas ou particulares, tenham o mesmo nível de conhecimento (BRASIL, 2019).

A visão de criança que perpassa a BNCC é de um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2019).

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, sendo assegurada a todas as crianças. Por isso precisa de orientações, planejamentos, aprendizagens e metodologias diferenciadas. Por isso, está envolvida com crianças de zero a cinco anos de

idade, sendo que, aos quatro anos é obrigatório que toda e qualquer crianças esteja matriculada neste processo educacional. Desse modo, antes dos quatro anos é facultativo a presença de crianças nas escolas.

A Figura 1 ilustra a estrutura da BNCC – Etapa Educação Infantil



Fonte: BRASIL (2019)

A BNCC trouxe grandes transformações e mudanças na Educação Básica de modo geral, mas mais especificamente em relação à Educação Infantil é possível observar que muitas coisas presentes nos documentos anteriores se mantiveram, com pequenas alterações, porém com força de lei.

A concepção de ensino presente na BNCC retoma o que vinha sendo trabalhado nos PCNs da Educação Infantil, propondo um ensino em que a criança na escola aprenda a observar, questionar, levantar hipóteses, concluir e fazer julgamentos para assimilar valores. E assim, fazendo com que a criança conheça a si e seu próximo, relacione-se com a natureza, cultura, tecnologia e etnias. Dessa forma, este documento regulamenta o processo educacional, ou seja, os primeiros contatos das crianças com um espaço estruturado de socialização e educacional. Visto que, as interações, brincadeiras e jogos acontecem neste ambiente com outras crianças e até mesmo com os professores, estes alunos aprendem e se desenvolvem.

Alguns pontos essenciais que mudaram são: participação do aluno em práticas letradas, aprendizagem a partir de campos de experiências que tratam de

comportamentos, habilidades, conhecimentos. Por isso, está traz ainda, os cinco campos de experiência, sendo eles:

- “O eu, o outro e o nós”, que está ligado à constituição da identidade e personalidade dos alunos, fazendo com que os alunos descubram os pontos de vista, questionamentos e princípios de autonomia (reciprocidade e autocuidado) mais diversos que existem.
- “Corpo, gestos e movimentos”, a criança realiza experimentações, explorando o mundo por meio de gestos, sentidos e movimentos impulsivos e intencionais. Logo, a criança tem contato com a música, dança, teatro e expressões.
- “Traços, sons, cores e formas”, essas sensações são responsabilidade da instituição de ensinar as crianças para que convivam com as múltiplas manifestações e produção do seu próprio momento, com sua autoria coletiva e individual. Logo, é essencial para a criança expressar-se livremente, criando suas próprias linguagens artísticas.
- “Escuta, fala, pensamento e imaginação”, envolve todas as fases de comunicação da criança desde seu nascimento. Por isso, é muito importante a literatura infantil, desenvolvimento cognitivo, preparando-o para a escrita futura.
- “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”, todos estes itens fazem parte do cotidiano de toda e qualquer criança, já que, estamos rodeados de diferentes espaços (bairro, rua, cidades, etc.) e tempos (dia, noite, hoje, amanhã e ontem). Logo, a matemática e suas relações estão presentes em nossas vidas e devem ser trabalhadas e exploradas para que o aluno tenha um bom desenvolvimento.

A Figura 2, exemplifica como estes campos de experiência são apresentados, levando em consideração a faixa etária das crianças, bem como os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento a serem alcançados.

FIGURA 2 – APRESENTAÇÃO DE UM CAMPO DE EXPERIÊNCIA



Traços, sons, cores e formas		
Campo de experiências	Faixas Etárias	Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento
Traços, sons, cores e formas	Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	(EI01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.
Traços, sons, cores e formas	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.
Traços, sons, cores e formas	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)	(EI03TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.
Traços, sons, cores e formas	Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	(EI01TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.
Traços, sons, cores e formas	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	(EI02TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.
Traços, sons, cores e formas	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)	(EI03TS02) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.
Traços, sons, cores e formas	Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	(EI01TS03) Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.
Traços, sons, cores e formas	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	(EI02TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.
Traços, sons, cores e formas	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)	(EI03TS03) Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.

Fonte: BRASIL (2019)

Este arranjo curricular por campos de experiências acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, como consta na BNCC (BRASIL, 2019).

A partir desta nova abordagem proposta pela BNCC, na Educação Infantil:

O corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo. (BNCC, 2019, p. 41)

Conseqüentemente, crianças pequenas tendem a imitar gestos, movimentos e ações de adultos, animais ou até mesmo outras crianças, demonstrando suas habilidades e possibilidades de desenvolver-se. Desta forma, torna-se indispensável

a utilização de jogos e brincadeiras para que se apropriem dos mais diversos saberes e experiências.

A BNCC também determina os direitos de aprendizagens e desenvolvimentos que são assegurados a toda criança para construção e constituição de sua identidade. E ainda, prioriza os estímulos, vivências e a importância do papel da escola e do professor neste processo. Logo, está ainda define seis direitos e objetivos da aprendizagem, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, e ainda, conhecer-se.

Dessa forma, surge a dúvida de todos os professores iniciantes, como avaliar na Educação Infantil? E logo, a BNCC nos responde que, para avaliar uma criança tão pequena é preciso acompanhar, observar e analisar esta criança em seu processo de desenvolvimento, conferindo os avanços e as possibilidades de crescimento de cada um.

Enfim, segundo os fundamentos pedagógicos descritos nas BNCC, a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica merece muita atenção pois, esta influencia diretamente no restante do futuro escolar dos alunos. Por isso, os professores e equipe escolar devem dar ênfase no ensino e aprendizagem, desenvolvendo práticas que ofereçam oportunidades para o desenvolvimento de cada um.

Apesar dos inúmeros questionamentos que surgiram a partir da apresentação de documentos para orientar e regulamentar a Educação Infantil. Destacamos que eles contribuíram para que esta etapa de ensino começasse a ganhar espaço nas discussões e também se passasse a exigir a formação de profissionais qualificados para atuarem no processo de ensino-aprendizagem das crianças, já que esta etapa merece uma atenção especial, pois é a que dará noções básicas à criança de percepções e também experiências para o seu desenvolvimento integral e também para dar continuidade a sua caminhada escolar.

2.4 RCNEI E BNCC-EI: UM BREVE CONTRAPONTO

Ao revisitar os RCNEI e a BNCC-EI, percebe-se que são dois documentos muito importantes que orientam e regulamentam a Educação Infantil no país, apresentando características distintas em relação à concepção de criança, ensino e currículo em alguns aspectos, mas de modo geral pode-se dizer que são documentos

que se complementam e oferecem subsídios teórico-metodológicos para a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de Educação Infantil.

Uma das principais diferenças está relacionada à concepção de criança, que nos RCNEI tem o foco em seu desenvolvimento, mas ainda visando à criança como um ser que responde aos estímulos dados por adultos (no caso da escola, os professores), outra diferença está nos objetivos deste documento que enfatizam o que tem que ser ensinado nessa etapa da educação básica, enquanto que a BNCC enxerga a criança como protagonista em todos os contextos de que faz parte, a criança não apenas interage, mas cria e modifica a cultura e a sociedade e traz em seus objetivos o significado do avanço no entendimento de como a criança aprende, oferecer referências para a construção de um currículo, baseadas em direitos de desenvolvimento e aprendizagem bem definidos (TREVISAN, 2019).

Essa proposta curricular por campos de experiência na BNCC é também uma inovação deste documento, que muda o foco do currículo da perspectiva do/a professor/a para a perspectiva das crianças. Nessa proposta, a estrutura dos contextos de aprendizagem são orientados por um projeto pedagógico articulado às competências das crianças e às significações por elas construídas utilizando diferentes linguagens.

Pode-se dizer que a BNCC alterou a visão de tempo, de espaço na efetivação do currículo, superando a estrutura tradicional de aula, valorizando todos os momentos da jornada das crianças como momentos de aprendizagem. As RCNEI apresentam as “guias curriculares” para orientar o planejamento dos professores, no entanto de acordo Fazenda (1996) citado por Lopes *et al.* (2011), estas adotam uma linguagem excessivamente técnica, que dificulta a compreensão de um trabalho integrado ou interdisciplinar, exigindo dos professores um conhecimento que muitas vezes não possuem. Nesse sentido, pode-se dizer que a BNCC apresentou um avanço em termos de orientação curricular.

Destaca-se ainda que pelos pressupostos teóricos apresentados na BNCC, esta pretende garantir a qualidade da Educação Infantil aliando o processo de ensino-aprendizagem dos educandos e o professor atuando sempre como o mediador para assim alcançar seus objetivos e sempre tornando o processo de ensino aprendido mais agradável em todo o território brasileiro, deixando também a possibilidade de se trabalhar com as características de cada região, estado ou município. Mas

principalmente mexe com a lógica de que a Educação Infantil seria preparatória para o Ensino Fundamental, oportunizando uma visão da integralidade do desenvolvimento infantil ao longo da primeira infância, propondo realmente atividades que façam sentido para as crianças e ao mesmo tempo exigindo dos professores uma dedicação maior em termos de planejamento.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa de cunho qualitativo, trata do comportamento humano em relação às mudanças de leis, que abrangem a categoria educacional de forma significativa. Isso porque, não se preocupa com a representatividade numérica, mas a compreensão de um grupo ou organização social. Logo,

O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008, p.57).

É evidente que, a metodologia é o que dá ciência ao trabalho, sendo que se refere à forma ou métodos que utilizamos para realizar a pesquisa. Por isso, esta se dá de forma básica, já que busca avançar nos estudos relacionados ao tema, como ressaltam Lakatos e Marconi (2003, p. 83):

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Ainda assim, seu caráter é descritivo, pois usamos dados já existentes; exploratório, quando vou a campo para coletar dados. E ainda, pertence ao tipo bibliográfico, pois apresenta análise de livros e artigos científicos; documental, baseia-se em leis e documentos que amparam a Educação Infantil brasileira. Logo,

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32)

Nesse sentido, acredita-se que esta metodologia permitirá dar conta dos objetivos desta pesquisa, pois como destacam Minayo e Minayo-Gómez (2003, p.118) a esse respeito, trazendo três considerações importantes:

- 1) Não há nenhum método melhor do que o outro, o método, “caminho do pensamento”, ou seja, o bom método será sempre aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar as respostas para suas perguntas, ou dizendo de outra forma, a desenvolver seu objeto, explicá-lo ou compreendê-lo, dependendo de sua proposta (adequação do método ao problema de pesquisa); 2) Os números (uma das formas explicativas da realidade) são

uma linguagem, assim como as categorias empíricas na abordagem qualitativa o são e cada abordagem pode ter seu espaço específico e adequado; 3) Entendendo que a questão central da cientificidade de cada uma delas é de outra ordem [...] a qualidade, tanto quantitativa quanto qualitativa depende da pertinência, relevância e uso adequado de todos os instrumentos.

Assim, esta pesquisa caracteriza-se como documental, pois procura revisitar os RCNEI e a BNCC a fim de compreender o que está posto em relação à Educação Infantil. Para complementar a pesquisa foi realizada uma sondagem por meio de um questionário distribuído aos professores atuantes em duas escolas da rede pública municipal de Educação Infantil, no município de São Luiz Gonzaga, escolhidos aleatoriamente, que caso se sentissem à vontade para compartilhar suas percepções e opiniões, respondessem às questões.

Foram encaminhados questionários constituídos por questões abertas para 11 sujeitos ambos professores concursados da rede pública do município de São Luiz Gonzaga. No entanto, somente 3 professoras enviaram suas respostas e foram identificadas neste trabalho como Professora A, B e C. A professora, sendo que a professora A é vice-diretora de uma das escolas, a professora B é diretora da outra escola e a C é professora da educação infantil da mesma escola que a diretora. Todas as professoras atuam em período integral na Educação Infantil.

Inicialmente, pretendia-se realizar entrevistas com os sujeitos, uma vez que possibilita uma maior interação e diálogo com estes, mas em virtude da Pandemia da COVID 19 não foi possível realizá-las. Assim, os questionários (Cf. APÊNDICE A) foram enviados por e-mail, com o link do formulário Google Docs: (<https://forms.gle/SfWTdTren7PYbmZk7>).

Os dados coletados durante a sondagem foram catalogados e analisados procurando estabelecer uma relação entre as respostas com os documentos analisados e os estudos publicados por autores que dialogam e discutem o presente assunto.

Esta é uma pesquisa que envolveu seres humanos. Nesse sentido, procuramos resguardar a privacidade dos sujeitos e ter a devida autorização destes para o uso de seus dados. Nesse sentido, as participantes receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Cf. APÊNDICE B). Desta forma, asseguramos o resguardo da privacidade de todas as pessoas que participaram deste estudo, bem

como dos dados coletados, os quais serão usados exclusivamente para realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos após a elaboração do referencial teórico, por meio da sondagem, a partir dos quais buscou-se investigar por amostragem como os professores estão vivenciando os RCNEI e a BNCC na Educação Infantil e perceber em que sentido as diferenças entre os RCNEI e a BNCC estão sendo implementadas na escola.

A BNCC ampliou algumas discussões em relação à Educação Infantil a qual passou a ser pensada e organizada a partir de dois principais eixos estruturais, quais sejam: o direito da aprendizagem da criança e os campos de experiências. Esses incorporam algumas discussões presentes nos documentos anteriores, porém surge com a força de lei, com uma ênfase maior na prática pedagógica e na rotina escolar.

Desta forma, a educação da criança pequena segundo as DCNEIs era definida como:

Primeira Etapa da Educação Básica, oferecida em Creches e Pré-escola, as quais se caracterizam como Espaços Institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2009, p.1)

Esta definição se mantém até hoje, pois a criança em sua primeira infância deve estar na escola, para que, se desenvolva e aprenda os mais diversos conhecimentos. À vista disso, os resultados demonstram que os sujeitos desta pesquisa sendo eles professores de uma escola Municipal de Educação Infantil que atende berçário de 0 a 3 anos de idade, as professoras possuem experiência no trabalho com a Educação Infantil, sendo que o tempo de atuação varia entre 4 e 40 anos nesta etapa de ensino. Uma professora já trabalha há 40 anos e as outras professoras atuam a mais de 4 e 5 anos respectivamente. Assim sendo, pode-se perceber a grande diferença entre os tempos trabalhados, quanto a experiência e vivência escolar, certamente é um fator que contribui para refletir sobre as mudanças ocorridas em relação à legislação desta etapa de ensino. Além de influenciar na construção, planejamento e afazeres.

Na legislação é apresentada a necessidade de se ter um Projeto Político Pedagógico (PPP). Nesse sentido, questionou-se às professoras se elas conheciam o PPP da escola. Ao que todas responderam positivamente. Este é um aspecto

importante, pois o PPP é um documento indispensável, como destaca Libâneo (2004, p. 56), ele é fundamental, pois

detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Ao ler alguns PPP de escolas em que atuei pelo CIEE e o estágio de Educação Infantil que fiz e que também tive a oportunidade de ler o PP da escola que por sua vez estava sendo elaborado para se adequar a BNCC. Logo percebi que toda escola possui metas, sonhos e objetivos, este conjunto chamamos de Projeto Político Pedagógico, ou seja, ele traz a junção de várias propostas, destinadas a se concretizarem na escola, com o auxílio de professores, funcionários e comunidade em geral. E ainda, busca organizar as atividades curriculares, escolares, ele é a referência a ser seguida em todas as etapas metodológicas.

Por isso, a próxima questão direcionada às professoras foi: O PPP da escola foi atualizado após a publicação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Em caso afirmativo, saberia me relatar quais foram as alterações realizadas para fazer o alinhamento entre esses dois documentos?

E as respostas surgiram: *“Sim, está em estudo pela Secretária de Educação e deverá retornar para escola fazer as devidas alterações se necessário”* (Professora A). Já a Professora B nos relatou que *“Ainda estamos construindo o novo PPP”*, assim como a C.

Todos sabem que, o PPP é um documento que precisa ser pensado e preparado com a utilização de leis, documentos e regimentos que amparam a comunidade escolar. Por isso, "se a própria comunidade escolar não participa da preparação do documento, não cria a ideia de pertencimento", afirma Padilha (2018) do Instituto Paulo Freire.

Conseqüentemente, a próxima pergunta feita às professoras foi: Quais as principais mudanças que você observou entre o que estava proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a BNCC?

A professora A respondeu de imediato: *“Penso que a BNCC organizou a forma de trabalhar sem grandes diferenças. Não sei explicar no momento as mudanças”*.

Já a professora B disse: *“Na Educação Infantil as mudanças são estruturais e se focam nas experiências das crianças, tornando a aprendizagem muito mais*

significativa e contextualizada". A explicação da Professora C foi a seguinte: *"Maior envolvimento e participação pedagógica no desenvolvimento das práticas"*.

Acredito que, as pesquisadas não possuem conhecimento suficiente para falar das grandes diferenças entre os PCNs e a BNCC. Visto que, os PCNs por meio dos RCNs (1998, p. 13) constituem um documento de orientação, como consta a seguir:

Este documento constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras.

A BNCC, por sua vez, com a força de lei, trouxe algumas mudanças principalmente em relação aos direitos de aprendizagem e aos campos de experiência. Prevendo que a criança deve sempre estar em processo de aprendizagem, por isso, retrata como devemos perceber as particularidades das crianças, suas experiências e relações com o mundo. É evidente que, a brincadeira, dinâmica ganham espaço central, fazendo com que esta explore, experiencie, sendo a real protagonista da sua própria aprendizagem.

Posto que, a BNCC privilegiou alguns pontos chave, como:

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas (BRASIL, 2018, p. 38).

E ainda,

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. (BRASIL, 2018, p. 38)

Para compreender como tem se dado às adaptações relacionadas aos documentos que orientam e regem a Educação Infantil, questionou-se: Ao decorrer de toda essa transação dos antigos PCNs para a nova BNCC, quais as principais dificuldades ou desafios encontrados para as adaptações?

A professoras responderam que estão utilizando a nova BNCC, algumas estão mais familiarizadas com os campos de experiência e códigos das habilidades, outras ainda estão enfrentando um pouco de dificuldades como foi destacado pelos sujeitos desta pesquisa:

"Independente do PPP não ter sido aprovado ainda a escola utiliza a BNCC no planejamento dos professores". (Professora A)

"As dificuldades foram muitas, porque tivemos que aprender a planejar de forma diferente e tudo durante a pandemia. Na nossa escola os professores

estão familiarizados com os campos de experiência códigos das habilidades etc.” (Professora B)

“As dificuldades que os professores encontram são relativas a preenchimentos de planilhas...Compreender a BNCC”. (Professora C)

Nesse sentido, sabe-se que o professor deve estar em constante estudo e formação, buscando novas teorias, práticas e expectativas em relação ao ensinar e aprender. De acordo com a BNCC, o professor deve:

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando (BRASIL, 2018, p. 38).

Por isso, o professor é indispensável neste processo, pois auxilia a criança a conhecer, perceber, ser autônoma, independente, criando sua própria identidade, sendo ela, pessoal, social ou cultural. Já que, constrói uma imagem positiva através das experiências que possui, nas interações, diálogos, brincadeiras, ou seja, vivências diárias, sejam no contexto familiar, escolar e comunitário. Posto que,

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades (BRASIL, 2009, p. 1).

Para compreender um pouco mais a percepção das professoras sobre as mudanças que ocorreram na legislação, questionou-se: “As alterações realizadas nos documentos tiveram uma repercussão em sala de aula, em que sentido?” Estas declararam que,

“O PPP atualizado não está sendo utilizado em sala de aula, pois está em estudo esperando aprovação”. (Professora A)

“Penso que para professores que já faziam um bom trabalho não repercutiu tanto assim, mas aqueles que não tinham o hábito de planejar e organizar seu dia a dia com a turma, pois se obrigam a pensar no que trabalhar para preencher as planilhas. Assim acredito que melhorou sua prática”. (Professora B)

“Uma melhora na forma de atuação educacional”. (Professora C)

É perceptível a grande desinformação sobre as novas leis. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de formações continuadas e a necessidade de que estudantes, pedagogos e profissionais desta área estejam sempre se atualizando.

Em relação à prática, foi possível ter uma ideia a partir dos resultados do que é priorizado em sala de aula, a partir do questionamento: “Como você costuma organizar suas aulas na Educação Infantil? Comente um pouco?”

“Sou coordenadora, procuramos contemplar todas as áreas do desenvolvimento infantil com aulas criativas e lúdicas”. (Professora A)

“Sou a coordenadora, mas quando estava em sala de aula, tinha sempre uma rotina em sequência e uma roda de conversa que iniciava o dia de estudos. Após a rodinha sempre havia um momento de trabalho pedagógico, que sempre era contextualizado, amarrado um assunto com o outro, eu ia envolvendo de forma que tudo vinha em sequência”. (Professora B)

“Seguindo o que está na BNCC de acordo com a faixa etária dos alunos. Respeitando suas limitações e tempo de aprendizagem”. (Professora C)

As respostas não permitiram ter um real conhecimento de como são organizadas as aulas na Educação Infantil, pois foram bastante amplas. No entanto, é importante destacar, como afirmou a Professora A, que procuram contemplar dadas as áreas do desenvolvimento infantil com aulas criativas e lúdicas, como é proposto na BNCC. Além disso, a professora B, embora não estando na sala de aula dá uma ideia de rotina adotada em sala de aula e a Professora C, ainda que mencione seguir o que está na BNCC não chega a exemplificar exatamente como organiza a sua aula, destacando apenas que respeita as limitações e tempo de aprendizagem dos alunos.

Isso posto, sabe-se que é indispensável planejar, organizar, teorizar e praticar as aulas, buscando sempre o melhor para a turma, fazendo com que o ensino e aprendizagem torne-se prazeroso. Por isso,

Devido à complexidade da inter-relação que envolve os aspectos afetivos e cognitivo da aprendizagem, o mediador deve desenvolver com a criança uma relação de respeito mútuo de afeto e de confiança que favoreça o desenvolvimento de sua autonomia. Um clima socioafetivo tranquilo e encorajador, livre de tensão e imposições, é fundamental para que este aluno possa interagir de forma confiante com o meio, saciando sua curiosidade, descobrindo, inventando e construindo, enfim, sua curiosidade e seu conhecimento. (KISHIMOTO, 2001, p. 95)

Seguidamente, o professor é uma peça indispensável neste processo, pois busca metodologias de ensino que motivem as crianças, façam com que tenham interesse e vontade de aprender, já que, devem ser instigadas e questionadas, para que, desenvolvam suas críticas, imaginações e percepções do mundo e de si próprias.

Ao serem questionadas sobre quais as habilidades e competências consideradas essenciais para serem desenvolvidas na Educação Infantil, de acordo com a BNCC, as professoras destacaram:

“Eu, o outro e nós.... Corpo, gestos e movimentos.... Traços, sons, pensamento e imaginação.... Espaço tempo, quantidades, relações e transformação”. (Professora A)

“A BNCC não fala em habilidades e competências na educação infantil. Fala em direitos de aprendizagem e campos de experiências. As habilidades e competências essenciais para a educação infantil são nas áreas social, emocional, de linguagem, físicas, motoras, intelectuais”. (Professora B)
“Eu, o outro e nós. Corpo, gestos e movimentos. Traços, sons, cores e formas. Espaços, tempos, quantidade, relações e transformações. Escuta, fala, pensamento e imaginação”. (Professora C)

Observa-se que as professoras embora não tenham se apropriado completamente do que está proposto da BNCC, demonstram certo conhecimento das temáticas propostas dentro dos direitos de aprendizagem e campos de experiências, buscando desenvolver especialmente as competências e habilidades essenciais da criança ligadas ao social, emocional, linguagem, desenvolvimento físico, motor e intelectual. Habilidades estas que são fundamentais para o desenvolvimento integral da criança, uma vez que,

Toda criança que brinca se comporta como um poeta, pelo fato de criar um mundo só seu, ou, mais exatamente, por transpor as coisas do mundo em que vive para um universo em acordo com suas conveniências. O poeta age como criança que brinca: cria um mundo imaginário que leva muito sério, isto, que dota de grandes qualidades de afetos, sem deixar de distingui-los claramente da realidade (KISHIMOTO, 2001, p.19).

Além disso,

A criança ao brincar vai criando suas experiências, construindo e contribuindo conhecimentos acerca do mundo e do outro com quem se relaciona. Dessa forma, o brincar auxilia na constituição do indivíduo como sujeito, possibilitando que ele seja capaz de regular voluntariamente sua conduta, pois é pelo brincar que a criança se apropria das significações produzidas nas relações sociais, constituindo-se sujeito (ROCHA, 2002 *apud* SANTA CATARINA, 2005, p. 55).

Assim, as competências consideradas na construção e aplicação da BNCC voltam-se também para a mobilização de habilidades, conhecimentos, valores e atitudes. Desta forma, estas fazem parte do desenvolvimento das habilidades consideradas essenciais, estipuladas pela BNCC.

Nesse sentido, é preciso valorizar o conhecimento, pensamento crítico, científico, criativo, valorizando seu repertório cultural, digital, social, comunicação. E ainda, estimulando os projetos de vida, assim como, a argumentação, autoconhecimento, identidade própria, empatia, cooperação, responsabilidade e cidadania.

Já, as habilidades são os saberes e conhecimentos necessários para o desenvolvimento das competências. Logo, estas são um conjunto de identificações, associações e interpretações do mundo e de si próprio. Como resultado, sabe-se que as crianças possuem alguns direitos básicos de aprendizagem e desenvolvimento,

que giram em torno do conviver, participar, brincar, expressar, explorar e principalmente conhecer, o meio e as pessoas em geral.

Por fim, questionou-se se as professoras tinham tido algum tipo de formação docente em relação a BNCC. Das três professoras que participaram da pesquisa, duas tiveram formação e uma apenas recebeu algumas orientações da secretaria de educação e realizou estudos individuais.

-Não, tivemos apenas orientação da secretaria de educação e estudos individuais. (Professora A)

-Participei como formadora de professoras. (Professora B)

-Sim, formação nas escolas onde trabalhei pela Semed. (Professora C)

Assim, percebe-se que o professor a partir de algumas orientações recebidas, precisa buscar o seu próprio conhecimento e ir se apropriando da legislação também, além dos aspectos didático-pedagógicos com os quais está constantemente envolvido. Segundo Saul (1998, p. 64):

- a) o educador é o sujeito de sua prática, cumprindo a ele criá-la e recriá-la;
- b) a formação do educador deve instrumentalizá-lo para que ele crie e recrie a sua prática através da reflexão sobre o seu cotidiano;
- c) a formação do educador deve ser constante, sistematizada, porque a prática se faz e se refaz;
- d) a prática pedagógica requer a compreensão da própria gênese do conhecimento, ou seja, de como se dá o processo de conhecer;
- e) o programa de formação de educadores é condição para o processo de reorientação curricular;
- f) os eixos básicos do programa de formação de educadores precisam atender à fisionomia da escola que se quer, enquanto horizonte da nova proposta pedagógica, à necessidade de suprir elementos de formação básica aos educadores e à apropriação, pelos educadores, dos avanços científicos do conhecimento humano que possa contribuir para a qualidade da escola que se quer (SAUL, 1998, p. 64).

Assim, percebe-se há pouca discrepância entre as respostas, pois as professoras vivenciam realidades parecidas. No entanto, é indispensável que se destaque a importância de que sejam oferecidas formações iniciais e continuadas, para que, os professores ampliem conhecimentos, trocando experiências, interajam entre si, discutindo e trazendo novas propostas e ideias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo revisitar os RCNEI e a BNCC a fim de compreender o que está posto em relação à Educação Infantil. Esta revisão documental possibilitou compreender os desafios e possibilidades da aplicação dos RCNEI e BNCC – EI e que estes são muito mais complexos do que se pensava quando se empreendeu esta pesquisa. Os resultados nos permitem afirmar que os dois documentos são fundamentais para orientar e regulamentar a Educação Infantil no país, apresentando características distintas em relação à concepção de criança, ensino e currículo em alguns aspectos, mas de modo geral pode-se dizer que são documentos que se complementam.

Concluiu-se que os professores que participaram da sondagem possuem certo conhecimento dos documentos e sentem a necessidade de se apropriarem ainda mais no que se refere à legislação e às teorias educacionais voltadas à Educação Infantil. De qualquer forma, pela sua experiência e conhecimento que possuem estão procurando implementar as orientações de tais documentos no seu dia a dia, quer na gestão escolar, quer na sala de aula. Também não se pode generalizar esta informação visto que nossos dados se referem apenas a uma pesquisa amostral. Mas de qualquer forma se acredita que, em se tratando principalmente da BNCC que entrou em vigor a pouco tempo, seria necessário intensificar as formações a respeito desta.

Os principais desafios que podem ser inferidos estão relacionados especialmente à apropriação conceitual do que está sendo proposto na BNCC, da criação de planilhas e uma maior exigência relacionada aos planejamentos. Além disso, reforço a necessidade de continuar estudando e participando de formações continuadas, para aprofundar os conhecimentos especialmente sobre as leis e teorias educacionais.

As leis vigentes em nosso país são fundamentais, embasando a teoria e prática diária em sala de aula. Nós como professores devemos sempre estar atualizando-nos para conhecer as mudanças que estão ocorrendo cada vez mais rápidas. Ao adentrarmos na Universidade aprendemos os conceitos e noções básicas de ensino, mas precisamos aprender e desenvolver nossas habilidades na prática. Por isso, é indispensável conhecermos os teóricos, filósofos e sociólogos que falam sobre a

educação e seus conceitos bases, mas também ao ter a oportunidade de estar em sala de aula precisamos refletir sobre a nossa prática.

Nesse sentido, senti falta disto nos professores, maior conhecimento sobre as leis e até mesmo uso destas. Pois quem as utiliza, teria condições para falar e expressar-se sobre. Consequentemente, precisam de melhor formação e adequação às mudanças, pois não adianta aprender e não pôr em prática os saberes e conhecimentos adquiridos. Nesse sentido, os professores deveriam estar mais atualizados e em estudos constantes, buscando sempre novas metodologias e práticas de ensino e aprendizagem, para que, seus alunos consigam interagir e dialogar com os diversos temas e assuntos abordados.

É evidente que, todos os conceitos são válidos para a vida pessoal e social. Já que, temos que passar alguns anos dedicados somente a nossa própria formação, para que, estejamos habilitados a dar aulas. Entretanto, precisamos destas formações complementares em nosso currículo para ajudarmos na construção de escolas e profissionais mais competentes, éticos, humanos, buscando sempre melhor qualidade.

Enfim, a educação é a peça fundamental do ser humano e da sociedade, já que, auxilia todos nós na luta pela democracia, liberdade, autonomia e direitos em geral. Logo, sem estes não somos nada em um mundo de lutas diárias, para sobreviver e conviver. Ao finalizarmos este Trabalho de Conclusão de Curso, reforça-se a necessidade de continuar estudando e apropriando-se de todo o conhecimento relacionado à educação, bem como sinalizamos a importância da Universidade oferecer atividades de extensão que possam auxiliar na solução ou na amenização das dificuldades aqui identificadas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC / SEF, 1998. (Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil)
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 11.274/2006. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil /Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2009a.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 10 ago. 2021.
- CURY, Carlos Roberto Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa, **Base Nacional Comum curricular: Dilemas e Perspectivas**. 1.Ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999. Versão 3.0.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. HORTO, Myles. **O caminho que se faz caminhando**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003a.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KISHIMOTO, Morchida Tizuko. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- KOHAN, Walter Omar. **Infância e Filosofia**. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina S. (Org.). Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais. Petrópolis: Vozes. 2ª Edição, 2009.
- KRAMER, Sônia. **O papel social da pré-escola**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986. (Cadernos de Pesquisa, 58).
- KRAMER, Sônia. **A infância e sua singularidade**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. Brasília, DF, 2006.

- KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e Educação infantil: uma abordagem histórica**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.
- LOPES, Ariene *et al.* **Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: uma proposta integradora ou interdisciplinar?**. 2011. Disponível em: <https://siaiap39.univali.br/repositorio/bitstream/repositorio/1850/1/Ariene%20Lopes.pdf> . Acesso em 12 nov. 2021.
- MACHADO, Maria Lúcia (Org.). **Educação Infantil em tempos da LDB**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2002. (Textos FCC).
- MINAYO, M, C, S. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- PADILHA, P. R. **Planejamento Dialógico: Como Construir o Projeto Político-Pedagógico da Escola**, Paulo Roberto Padilha, 160 págs., Ed. Cortez
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manuel de recherche en sciences sociales**. Paris: Dunod, 1995.
- SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos**. Florianópolis: IOSC, 2005.
- SARMENTO, Manuel J. **Imaginário e culturas da infância**. Texto produzido no âmbito das atividades do Projeto “As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da infância”, Projeto POCTI/CED/2002.
- SARMENTO, Manuel J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Coords.). Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação. Porto: Asa, 2004.
- SAUL, Ana Maria (org.). **A construção do currículo na teoria e prática de Paulo Freire**. In: Michel Apple e António Nóvoa (org.). Paulo Freire política e pedagogia. Porto: Porto Editora, 1998.
- SAUL, Ana Maria. **Paulo Freire: vida e obra de um educador**. In: Danilo Streck e outros (orgs.). Paulo Freire: ética, utopia e educação. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.
- TREVISAN, Rita. O que diferencia a BNCC para a Educação Infantil do DCNEI e do RCNEI. **Nova escola**, Juiz de Fora. v. 12, 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Prezado(a) professor(a)!

Você está sendo convidada a responder o questionário abaixo, que faz parte de uma sondagem que irá contribuir nas reflexões realizadas no "Trabalho de Conclusão de curso de Pedagogia e Licenciatura", da acadêmica: Angélica Raiane Nunes Oliveira, orientada pela professora: Dra. Luciane Sippert Lanza Nova. Caso tenha alguma dúvida poderá entrar em contato pelo fone: (55)9 99997985. Desde já agradecemos a sua disponibilidade em colaborar!

- 1) Qual a sua formação?
- 2) Há quanto tempo atua na Educação Infantil?
- 3) Você conhece o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola?
- 4) O PPP da escola foi atualizado após a publicação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Em caso afirmativo, saberia me relatar quais foram as alterações realizadas para fazer o alinhamento entre esses dois documentos?
- 5) Quais as principais mudanças que você observou entre o que estava proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a BNCC?
- 6) Ao decorrer de toda essa transição dos antigos PCNs para a nova BNCC, quais as principais dificuldades ou desafios encontrados para as adaptações?
- 7) As alterações realizadas nos documentos tiveram uma repercussão em sala de aula, em que sentido?
- 8) Como você costuma organizar suas aulas na Educação Infantil. Comente um pouco.
- 9) Segundo a BNCC, quais as habilidades e competências consideradas essenciais para serem desenvolvidas na Educação Infantil?
- 10) Você teve algum tipo de formação docente em relação a BNCC?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), de uma sondagem sobre os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular, conduzida por ANGÉLICA RAIANE NUNES OLIVEIRA, a fim de investigar como estes documentos estão sendo vivenciados na Educação Infantil. Esta pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia — Licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, orientado pela Professora Doutora Luciane Sippert Lanza Nova. Caso sintam-se à vontade, respondam as questões disponibilizadas no link: <https://forms.gle/SfWTdTren7PYbmZk7>.

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. A sua participação não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes. Sua participação nesta pesquisa consistirá em narrar de suas práticas dentro da escola pesquisada, e dentro dos projetos que atua. Caso sinta algum desconforto durante a coleta de dados ou sinta-se de alguma forma constrangido (a), ansioso ou indisposto, basta comunicar aos responsáveis, que procurarão lhe auxiliar e também lhe deixarão livre para desistir de participar da pesquisa.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituições participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional da pesquisadora responsável, por meio dos quais você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Celular (55)9 923883948 e endereço eletrônico: angélica-oliveira@uergs.edu.br.

São Luiz Gonzaga, 10 de março de 2020.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora